

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>171.885</u>
Classificação <u>05101021_1_1</u>
Data <u>24.09.2006</u>



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

Exmo Senhor

Presidente da Assembleia da República

Dr. Jaime Gama

*Por determinação de Sua Excelência
Presidente da A.R. DAPLEN*

22/09/2006

Requerimento Nº 42/X (2a) - AC

Assunto: Plano Especial de Realojamento no Concelho da Amadora

Apresentado por: Deputados João Serrano e António Ramos Preto

06.09.22
[Signature]

A erradicação das barracas constitui-se designo nacional e um desafio que ainda se coloca uma parte substancial dos Municípios, em especial os da Área Metropolitana de Lisboa.

Foi com o Governo do Partido Socialista que a realojamento de populações teve um grande impulso, através do desenvolvimento de parcerias entre o Governo e 166 Câmaras Municipais. De 1996 a 2001, cerca de 30 mil famílias deixaram de viver em barracas ou abarracados, sem as mínimas condições de habitabilidade. De 1999 a 2001, e após três anos de crescimento contínuo, atingiu-se uma "velocidade de cruzeiro" que nos permitiu concluir cerca de 7500 fogos por ano, com vista ao realojamento de famílias com carências extremas ao nível da habitação. Estávamos a construir, por ano, o dobro do que foi feito no conjunto dos quatro anos que vão de 1992 a 1995 com os Governos do PSD.

Tratou-se, na prática, da aplicação de uma política social clara em função da resolução dos problemas das famílias em situação mais precária. Deixou de se construir apenas casas, para se passar a construir cidade.

Infelizmente, este ciclo foi interrompido com os Governos PSD/PP. Durante os anos de 2003 a 2005, com as restrições ao financiamento impostas pela ex-ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, os processos de realojamento foram manifestamente perturbados, para não dizer, comprometidos.

Esta situação afectou significativamente os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, em especial os Concelhos da Amadora, Loures e Odivelas.

Para preparar o expediente
- 22 SET 2006
O Chefe de Divisão

[Signature]

Fruto da inércia dos anos da gestão da CDU e de um deficiente processo de recenseamento, coube ao Presidente socialista, Joaquim Raposo, dar um novo impulso ao processo de erradicação das barracas, num território diminuto com menos de 25 km², flagelado por esta situação, com poucos solos disponíveis e onde o processo de realojamento era por isso mesmo o mais atrasado no contexto da área metropolitana.

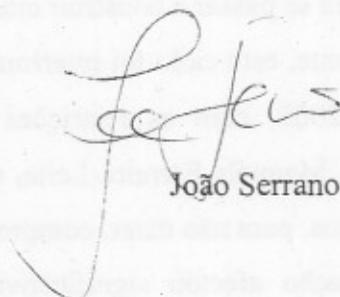
Assim, o Município da Amadora, fez um esforço sério para resolver os problemas habitacionais do concelho. Neste momento, o Município da Amadora apresenta uma taxa de resolução do PER de 65,36%, faltando solucionar um total de apenas 2270 agregados que corresponde a 1850 fogos.

Tendo presente os atrasos da concretização do programa, da responsabilidade exclusiva do anterior Governo, bem como o facto do acordo de adesão ao PER assinado, vigorar até 2009, restam por isso, apenas três anos mais para a sua conclusão, pelo que a Câmara da Amadora desde Novembro de 2005, tem manifestado junto do Governo a intenção de prosseguir com este programa, propondo uma reprogramação física e financeira do Acordo de Adesão.

Tendo presente os compromissos eleitorais do Partido Socialista, o Programa do XVII Governo Constitucional que prevê como uma das suas medidas a “conclusão dos programas de realojamento contratualizados”, o Orçamento de Estado para 2006, no qual se pôs termo à restrição ao financiamento para este fim imposto pelo anterior governo e a proposta apresentada pelo Município da Amadora, requere-se ao **Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**, a seguinte informação: Para quando uma resposta do Governo, à proposta apresentada em Novembro de 2005, pela Câmara Municipal da Amadora que permitirá reprogramação do processo de realojamento neste Concelho?

Os Deputados


António Ramos Preto


João Serrano